



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE MENSAGEM
PROPONDO REESTRUTURAÇÃO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Palácio do Planalto
15 de maio

A reestruturação do sistema previdenciário é parte do resgate da dívida social, meta política do Governo da qual fazem parte a reforma agrária, o seguro-desemprego, a política de crédito rural, as escolas rurais comunitárias.

3 de maio — Em despacho com o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o Presidente José Sarney assina planos regionais de reforma agrária para os Estados do Maranhão, Pará, Ceará, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

13 de maio — O Presidente José Sarney determina o deslocamento do Diretor-Geral da Polícia Federal até a região de Imperatriz, no Maranhão, onde ocorreu o assassinato do padre Josimo para, na qualidade de observador, acompanhar as investigações da polícia local.

15 de maio — O Presidente Reagan ordena ao Conselho de Política Econômica a preparação de represálias comerciais contra o Brasil, por causa da reserva de mercado para a indústria brasileira de micro e minicomputadores.

A prioridade social passa necessariamente pela melhoria da previdência. Embora a previdência dê cobertura a noventa por cento dos brasileiros, o Governo está consciente das deficiências de nosso sistema previdenciário.

Por isso estou, hoje, adotando duas medidas importantes: estou enviando projeto de lei ao Congresso Nacional para eliminar a contribuição dos pensionistas aposentados e criando o grupo de trabalho para a reestruturação da Previdência Social.

Este grupo de trabalho funcionará como núcleo de reflexão e formulação. Partirá da análise criteriosa das carências e do levantamento realista das possibilidades para sua superação.

Não podemos e não queremos improvisar um novo curso de ação de maneira apressada e irresponsável, embora não possamos aguardar indefinidamente as soluções.

Por isso, precisamos de nos dar prazos relativamente curtos. Em três meses, o grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta abrangente e ampla, sugerindo soluções específicas.

Devemos encontrar maneiras de aumentar os recursos da Previdência. Um dos caminhos possíveis é o de que a comunidade fiscalize os serviços prestados e, com isso, inclusive ajude a previdência a aprofundar o combate às fraudes. Os fiscais do Presidente poderão também contribuir para que se aumente a produtividade dos serviços previdenciários.

Só não queremos, por ser injusto, é que o previdenciário pobre tenha que arcar com os custos de expansão e melhoria da previdência.

Nessa linha de raciocínio não se justifica a contribuição dos pensionistas e aposentados para a previdência.

Através do projeto de lei, que submeto hoje ao Congresso, esta contribuição desaparecerá. Os aposentados e pensionistas já não terão esse ônus. Deixarão de pagar esta contribuição.

Tenho dito que o Governo tem uma nova política. Sabemos que o desenvolvimento econômico é fundamental, mas não basta. Ele tem que vir acompanhado de desenvolvimento social. Devemos crescer distribuindo. Por isso estamos decididos a pensar socialmente nossas políticas econômicas.

Dada a urgência que as soluções dos problemas sociais requerem, despesas governamentais que não puderem apresentar alguma justificativa social implicam desperdício de recursos. Por isso, não nos lançamos em projetos faraônicos. Só faremos o que nos render, direta ou indiretamente, dividendos sociais.

Já não é suficiente acompanharmos regularmente os indicadores econômicos do país. Vamos ter o mesmo cuidado em acompanhar os indicadores sociais.

Como demonstração de que intensificamos nossos esforços na área social, bastaria mencionar alguns fatos recentes da política do Governo: regulamentamos o seguro-desemprego; assinamos os primeiros planos regionais de reforma agrária; estamos definindo uma nova política de crédito rural; tomamos iniciativas em conjunto com as comunidades em áreas tais como educação, lançando, por exemplo, o programa de escolas rurais comunitárias; estamos adotando medidas que facilitam o acesso da população pobre e carente a alguns alimentos essenciais, isso sem falar na representação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, o principal órgão das decisões econômicas do Brasil.

Na realidade, uma das conseqüências do Plano Cruzado deve ser o crescimento econômico, com distribuição de renda e aumento do emprego.

A previdência é peça importante dessa nova visão social das políticas governamentais. O resgate da dívida social passa pela reestruturação da previdência.

Sabemos que as iniciativas que estamos tomando hoje inauguram um processo que terá importantes repercussões sobre a vida da grande maioria dos brasileiros, nas cidades e no campo.

Nesta questão, como em tantas outras, o Governo sabe que o êxito de suas iniciativas depende da confiança e da participação do povo.

Por isso, está atento às sugestões. Nenhuma sugestão é desperdiçada ou eliminada por preconceito. Nenhuma crítica é desprezada.

O grupo de trabalho hoje estabelecido para estudar a reestruturação da previdência estará atento à sociedade e às suas sugestões.

Não vamos deixar nada para amanhã. Castigados pelo sofrimento, os brasileiros já não podem esperar. É este o momento de fazer, de realizarmos uma obra de justiça.